

SESSÕES DO PLENÁRIO

103ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de novembro de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente deputado estadual Adolfo Menezes, Srs. Deputados presentes nesta sessão da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Eu gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, de retornar ao assunto do qual eu já tive a oportunidade de falar por várias vezes, que é a situação dos funcionários públicos do estado da Bahia no que diz respeito ao plano de saúde Planserv. Esse plano de saúde, que está de maneira precária, não está fazendo os credenciamentos necessários para um atendimento mais digno e de mais qualidade aos funcionários públicos. Isso tem trazido um transtorno muito grande. As cotas

destinadas para as clínicas credenciadas também estão sendo feitas de maneira muito diminuta.

Então, se faz necessário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a gente faça um trabalho junto ao Poder Executivo para manifestar a necessidade de trazer esse socorro ao Planserv, que prestava excelentes serviços ao funcionário público do estado da Bahia. Todo mundo, todos os funcionários tinham isso como uma coisa boa para si, mas, hoje, essa situação desapareceu, tendo em vista que, no governo anterior, o Executivo...

A construção da receita do Planserv é formada em parte pelo funcionário público, que contribui em seu contracheque mensalmente; outra parte é custeada pelo governo do estado, pelo Poder Executivo. Só que houve uma retirada no governo passado de 2,5% da cota que era de obrigação do Poder Executivo. Depois da retirada dessa cota de 2,5%, começou essa situação precária do atendimento pelo Planserv ao funcionário público. Nós sabemos, Sr. Presidente Adolfo Menezes, que a qualidade do serviço vem do funcionário público, o volume do serviço vem do funcionário público. Então, é preciso que se veja essa situação do Planserv para os funcionários públicos realmente poderem ter condições de cuidarem, evidentemente, do processo da saúde deles. Esse é o apelo que faço aos companheiros da Assembleia Legislativa da Bahia.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de fazer uma colocação sobre o governo de Jerônimo Rodrigues, governo que tem estado presente em quase todos os municípios do estado da Bahia para ouvir as comunidades, levar entregas, assinar ordem de serviço e ordem de licitações novas, buscando as entregas necessárias ao desenvolvimento econômico dos municípios e a melhoria da qualidade de vida do povo do município.

É bom registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente os deputados da Oposição que ficam batendo constantemente na gestão do governador Jerônimo Rodrigues, o quanto o governador tem realizado para a população baiana.

Na área da educação, são mais de 70 escolas de tempo integral que foram construídas, inauguradas e entregues aos estudantes, aos jovens do estado da Bahia. A escola de tempo integral, que é um caminho para construir um futuro mais adequado para a juventude do estado da Bahia, tem não só o ensino, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas tem também o desenvolvimento da aptidão artística do jovem, através de auditórios; tem também o desenvolvimento da aptidão no esporte através de escolas com piscina e quadra de esporte coberta, dando uma situação bem mais adequada para aquela juventude ter condição de desenvolvimento na área do esporte, incluindo a natação, o esporte aquático, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pois essas escolas são integradas com uma piscina para esse desenvolvimento em questões de esporte aquático.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem muito do que falar do governo Jerônimo no sentido das coisas boas que ele está trazendo e entregando ao povo da Bahia.

Na área da segurança pública, nós temos dezenas de estruturas físicas para abrigar as delegacias de polícia, que já foram entregues neste ano, em 1 ano e 10 meses do governo Jerônimo Rodrigues. O governador Jerônimo Rodrigues, juntamente com o seu secretário da Segurança Pública, já entregou viaturas para a Polícia Civil, viaturas para a Polícia Militar e outros equipamentos importantes de tecnologia, etc., a dezenas de municípios do estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Jerônimo Rodrigues tem sido um grande gestor que cuida – com eficiência e excelência – da melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia, cuida do desenvolvimento econômico e social do estado e, principalmente, dos municípios que compõem o estado da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Cafu.

O Sr. CAFU BARRETO: Boa tarde, colegas deputados, deputadas, presidente! Venho aqui para expressar a todos a nossa gratidão, o respeito a todos os colegas que estão aqui trabalhando em prol do desenvolvimento da nossa linda Bahia.

Hoje eu vim aqui, Sr. Presidente, para pedir que o nosso governador Jerônimo, os nossos senadores Jaques Wagner, Angelo Coronel e Otto Alencar, bem como os nossos deputados parceiros e o ministro Rui Costa intercedam junto às operadoras de telefonia no estado da Bahia – Vivo, Tim, Claro – para que o serviço prestado seja de qualidade, porque os baianos e baianas estão sofrendo muito, principalmente, os comerciantes, os agricultores, os “*deliveries*” da nossa região, macro região de Irecê.

A Vivo tem trazido um transtorno para os comerciantes e para a sociedade de modo geral, mas, principalmente, para os comerciantes e os “*deliveries*” que chegam com as suas máquinas para passarem o cartão e não têm internet. Isso está gerando um prejuízo enorme na região e eu tenho certeza que também em todo o estado da Bahia.

Então, presidente, tenho certeza de que V. Ex.^a, com essa pujança grande e que tem colaborado muito para a Bahia, vai nos ajudar com essas solicitações, intercedendo junto ao nosso ministro Rui Costa e ao ministro da Comunicação para que se melhore esse sistema de telefonia e a internet, e nós todos sejamos contemplados, porque isso é necessário! É vergonhoso o que está acontecendo em nossa região de Irecê, principalmente com o sistema da Vivo, deixando as pessoas por vários e vários dias sem internet e sem saberem onde podem reclamar; se ligam, não atendem.

Então, deixo aqui a minha solicitação e peço que essas empresas melhorem, oferecendo um serviço de qualidade para a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente Adolfo Menezes, colegas deputados e deputadas, os que estão nas Galerias Paulo Jackson, os que ouvem e assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais.

Eu ocupo a tribuna, Sr. Presidente, nesta breve intervenção, para também concordar com o juízo que fez o nobre deputado Euclides Fernandes sobre o desempenho do nosso governador Jerônimo Rodrigues.

Aliás, a agenda do nosso governador é tão intensa que nós, deputados, constantemente precisamos remanejar as nossas programações, porque de domingo a domingo, de sábado a sábado, o governador viaja de avião, de carro, por estradas de chão, de asfalto, sempre se fazendo presente em todos os recantos da Bahia e até mesmo nos últimos anos – ou melhor, nos últimos meses –, principalmente, ele tem visitado, inaugurado e autorizado obras nos distritos, coisa que raramente se via na história da Bahia.

Quando ele vai para esses distritos, ele vê também a realidade do povo, realidade que ele já conhece pela sua história de vida e por ter sido colaborador dos nossos governos estaduais enquanto secretário de Desenvolvimento Rural e secretário da Educação.

É por isso que nós estamos, Sr. Presidente, mais uma vez, aplaudindo o nosso governador pelas ações de caráter cultural, simbólico e, principalmente, pelas obras físicas. Eu queria reiterar que estaremos, junto ao gabinete do nosso governador e dos vários secretários, buscando agilizar alguns compromissos que o nosso governador tem com Vitória da Conquista.

Um deles é uma luta mais geral da qual ele tem participado, que é efetivamente a duplicação da BR-116, a Rio-Bahia. Com essa decisão do governo federal, a Rio-Bahia volta para o DNIT e, com certeza, nos próximos meses, a partir de janeiro e fevereiro, haveremos de encontrar muitas obras. Muitas ações já estão sendo planejadas e algumas sendo executadas.

Nesse contexto, nós queremos reafirmar a importância da construção dos viadutos no entorno de Vitória da Conquista. Um viaduto no sentido de Itambé para resolver um problema sério na rotatória da Urbis VI, onde há uma demanda histórica dos movimentos sociais, do vereador Fernando Jacaré, que é um líder muito forte na Urbis VI. Lá estivemos recentemente com o Dr. Saulo, acompanhando as diligências da secretaria por meio da Superintendência de Infraestrutura.

Da mesma forma também na saída para Anagé. Recentemente, também lá esteve o nosso Dr. Saulo Pontes, estudando a possibilidade de duplicação. Além de fazer o viaduto na saída para Itambé, a nossa reivindicação é que ali haja uma duplicação de aproximadamente 4 a 5 quilômetros para melhorar a interface e a conexão da BR-116, no anel viário, com a BA que liga até Itambé e também com vias que possam melhorar a qualidade do trânsito e a segurança das pessoas.

Da mesma forma, também em relação à saída da cidade de Anagé. No sentido do povoado do Pradoso, também há uma reivindicação nossa para alargar, duplicar e melhorar a segurança do tráfego, no mínimo, até o novo Ceasa.

Ademais, Sr. Presidente, ele já anunciou a implantação da pavimentação de Caetanópolis para Vitória da Conquista, e o nosso pleito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é que essa obra possa ser iniciada no sentido da BR-116, passando pelo distrito de José Gonçalves. Além do centro industrial, cuja obra está sendo retomada, temos a pavimentação. Enfim, são obras que vão melhorar o trânsito e o tráfego não só da cidade de Vitória da Conquista, mas de todos os municípios que mantêm conexão com a nossa bela cidade. É por isso que nós – eu, o deputado federal Waldenor Pereira e os companheiros que fazem parte da nossa base –, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estaremos aqui, em Salvador, acompanhando, encaminhando esses pleitos e, sobretudo, solicitando a agilidade do nosso governador que, se Deus quiser, a partir de março a abril, vai botar o olho lá para nós reelegermos ele e o presidente Lula em 2026.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era a nossa consideração nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo à tribuna desta Casa para lamentar que o nosso país, depois dos seus 524 anos e depois de 130 anos de República, tenha de conviver novamente com tentativas golpistas para retirar o Estado democrático de Direito e estabelecer ditadura.

É vergonhoso o que foi revelado na última semana, um plano arquitetado pela alta cúpula dos poderes militares do país para assassinar o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Essa é a história do nosso país. As Forças Armadas têm um DNA do golpe no nosso país, são aversas à democracia. Talvez o processo de formação nas academias, a doutrina anticomunista do inimigo externo o tempo todo, a ociosidade, porque não há guerra no país há muito tempo, fazem com que a atividade principal dessa alta cúpula seja a conspiração contra a democracia. Criaram um grupo especial chamado kids pretos, que é especializado em missões especiais. E quais são as missões especiais? Derrubar a democracia.

Então, eu creio que há uma perda de credibilidade enorme das Forças Armadas. Por trás disso tudo, tem o ex-presidente, que hoje foi indiciado. O ministro Alexandre de Moraes remeteu para o Ministério Público Federal, pela PGR, para emitir o parecer sobre o processo de 31 golpistas, incluindo o ex-presidente Bolsonaro.

Então a democracia é uma conquista permanente; a liberdade tem o preço da eterna vigilância, e nós, democratas, temos de estar o tempo todo alerta a essas tentativas de ruptura e de quebra constitucional.

No próximo dia 10 de dezembro, haverá, em todo o Brasil, manifestações públicas pela condenação e pela prisão do chefe, que é o ex-presidente Bolsonaro, e todos nós temos de fazer essa mobilização, esse coro, para defender um bem maior da nossa convivência coletiva, que é o regime democrático.

Sr. Presidente, ontem também completou 10 anos que esta Casa aprovou uma das mais importantes leis na sua história neste século, a chamada Lei Anticalote, iniciativa da deputada Maria del Carmen, que beneficiou trabalhadores e trabalhadoras que não sabiam ao final do mês se as empresas terceirizadas do estado iriam pagar os seus salários, se quando chegasse o final do ano teriam os seus vencimentos do 13º salário, e se quando tivessem o contrato rescindido teriam também as parcelas rescisórias pagas.

Inclusive, eu fiz uma indicação para que essa Lei Anticalote possa ser denominada também de lei Maria del Carmen, uma homenagem à sua luta, ao seu trabalho, ao seu empenho em construir aqui nesta Casa uma ação legislativa que traduz que a luta faz a lei, porque vários sindicatos participaram desse movimento, e creio que é uma vitória que deve ser sempre comemorada. E esses 10 anos, inclusive, é inspirador, que a gente estenda esse benefício para os trabalhadores que têm outros vínculos de contrato com o estado, como o contrato de gestão nas organizações sociais, para que eles não sejam vítimas de calote.

Quero também parabenizar aqui o povo de Jandaíra, que, no último domingo, presenciou, com o governador Jerônimos Rodrigues, a ordem de serviço para construir 28 quilômetros de estrada asfaltada, ligando a sede do município até a Linha Verde e da Linha Verde até o distrito de Abadia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Essa é uma reivindicação histórica da população e Jandaíra vai ter agora uma ligação asfáltica da BR-101 até a sede do município, que já existe, e essa segunda, da sede até a Linha Verde.

Quero saudar também, aqui nas galerias, membros, profissionais do setor de cultura, que esperam ansiosamente que nesta tarde possamos aprovar a lei que cria e institui a Bahia Filmes como uma empresa pública de alcance estadual.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Um abraço, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Bobô para falar no Pequeno Expediente e, se possível, mandar uns conselhos ao técnico do Bahia. O time está meio perdido, Bobô, passa aí uma receita. (Risos)

O Sr. BOBÔ: Aí fica difícil.

Sr. Presidente, você me pediu, na última sessão, que eu fizesse isso e eu fui conversar um pouquinho com ele e olhe no que deu, não melhorou nada. (Risos.)

Mas, boa tarde, presidente, deputados e deputadas.

Presidente, eu subo mais uma vez a esta tribuna para falar sobre a grande feira que aconteceu no território de identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, especialmente na minha cidade, Senhor do Bonfim. A Ferbon, já falei sobre ela aqui, da importância dessa feira, mas o tamanho e a magnitude dela na execução é algo que chamou a atenção de todos nós. Participei com muito prazer da abertura, que foi na quinta-feira, dia 21, e ela se estendeu até o dia 23.

A Ferbon é uma feira de negócios lá de Senhor do Bonfim, mas com caráter regional, porque todas as associações comerciais dos municípios que compõem o território de identidade do Piemonte Norte do Itapicuru participaram efetivamente não só da elaboração e da execução, mas também com produtos.

Foi um sucesso, a feira, é uma feira que não só tratou de negócios, mas também teve cunho ambiental e cultural. Nós tivemos muitos eventos culturais durante a feira. Mas eu quero falar do resultado dela, não só de infraestrutura, do sucesso de público. Mais de 18 mil pessoas transitaram por essa feira, que começava às 17 horas e ia até às 23 horas, portanto foi um tempo muito curto, mesmo assim com muitas pessoas participando e comprando. Isso, para nós, foi um... tem de estar aqui enaltecendo, porque, segundo os executores da feira, o volume de recursos nesses 3 dias ultrapassou os R\$ 10 milhões.

Então é algo realmente que a gente tem de estar comemorando e compartilhando também esse momento que fortalece a economia regional. Eu quero aqui enaltecer quem se esforçou muito para que ela pudesse sair do papel e se transformasse nesse grande sucesso, especialmente à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Senhor do Bonfim (Aciasb), à toda sua diretoria. Fica aqui o meu registro, os meus parabéns pela competência na execução da feira e, acima de tudo, por como foi conduzido esse processo.

Então, aqui, em nome do presidente Nelson da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Senhor do Bonfim, fica registrado os meus parabéns pelo sucesso da Ferbon e, é claro, ao governo da Bahia por compreender que tinha necessidade de ser parceiro dessa feira. Portanto, eu quero aqui agradecer ao governador Jerônimo Rodrigues e os seus secretários, todos eles, foram 4 secretarias que aportaram recursos para que essa feira se transformasse no sucesso que foi.

Fica o meu registro de gratidão à Secretaria de Educação, ao secretário de Desenvolvimento Econômico, ao presidente da CAR e, também, ao da Setre, nosso querido Davidson Magalhães.

Portanto, a feira, eu registro mais uma vez o sucesso dela, e espero, óbvio, que ela permaneça no calendário da Bahia como uma das feiras mais importantes e executada em parceria com o estado, com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Senhor do Bonfim.

Para encerrar, presidente, eu quero dizer que estou numa expectativa muito bacana, muito positiva, de a gente ter um projeto executivo – já está bem encaminhado esse projeto – para construir, também em Senhor do Bonfim, por ser um polo regional, a Ceasa daquela região.

Então, eu acho que, em mais uns 15 dias, nós teremos já o projeto executivo pronto para apresentar ao governador Jerônimo Rodrigues, na expectativa de que, na visita do governador a Senhor do Bonfim para inaugurar o aeroporto de Senhor do Bonfim, ele possa anunciar um investimento para que a gente possa tirar do papel e construir a nossa Ceasa, que é o centro de abastecimento da nossa região, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelo potencial dela. E, acima de tudo, para impactar, literalmente, na economia regional, gerando cerca de 2 mil a 2,5 mil empregos diretos na Ceasa de Senhor do Bonfim.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Bobô.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Raimundinho da JR, seguindo aqui a ordem de inscritos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, muito boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Mais uma vez, Sr. Presidente, venho parabenizar a atitude do nosso presidente desta Casa e toda a equipe da área de saúde, que colocaram aqui para nossos funcionários e para nós parlamentares... Eu vi a reforma que foi feita aqui nesta Casa. Quando eu subo nesta tribuna, se tem alguma coisa errada, eu falo, mas quando tenho que elogiar, eu estou aqui também de prontidão para elogiar.

A área de atendimento médico e a área odontológica desta Casa ficaram uma coisa de primeiro mundo. Quero parabenizar todos que cuidam da saúde dos nossos funcionários e de toda a ALBA. Então, parabéns. Toda a diretoria está de parabéns.

Mas, também, Sr. Presidente, eu quero falar um pouco a respeito da minha cidade, Dias d'Ávila. Quero parabenizar o padre Avelino, que conduz a Comunidade Católica Cidade Santa com uma eficiência maravilhosa. Mas a gente fica triste quando a gente vê uma cidade que tem um turismo religioso e falta de estrutura. Nós tivemos um evento nesse final de semana, Luciano, com mais de 10 mil pessoas e não tivemos estrutura nem de um banheiro químico. Isso é vergonhoso.

Uma cidade que vai receber o turismo evangélico, o turismo religioso, e a gente fica olhando como o prefeito daquele município não teve a habilidade de olhar que, pelo menos a cada 500 metros ou a cada 1 quilômetro que a gente anda... a caminhada dá mais de 6 quilômetros até a Comunidade Cidade Santa. Teve aquela caminhada linda, maravilhosa, mas ele não teve o desconfiômetro de colocar um banheiro químico para atender às pessoas que foram visitar a Comunidade Cidade Santa, que é um evento muito lindo, um evento religioso. Fica aqui meu desabafo.

Em uma cidade como Dias d'Ávila, a gente vê uma festa religiosa daquela e não ter a mínima estrutura para que a gente tenha respeito com as pessoas, Luciano. Vimos gente entrando nos matos para fazerem suas necessidades, porque lá nem um banheiro químico aquele prefeito que ali está, Robinson, teve a condição de atender

e colocar para aquele povo que foi lá visitar a Comunidade Cidade Santa. De colocar pelo menos um banheiro químico lá.

Prefeito, eu acho que está na hora de o senhor voltar à sala de aula para administrar. O senhor deixa muito a desejar. Eu já falei isso outras vezes e continuo falando, porque não adianta o senhor fazer uma praça, como está hoje, Luciano, cheia de luminosidade, mas se você olhar para o teto daquelas casas que estão ali.... Aquela praça de alimentação que existe em Dias d'Ávila parece mais um lixo, e foi onde ele colocou todo equipamento de Natal, mas não teve coragem nem de podar uma planta, nem de limpar a cidade.

Isso é vergonhoso para a cidade de Dias d'Ávila, cidade próxima à nossa capital. A gente fica olhando o quanto o povo de Dias d'Ávila vai sofrer por mais 4 anos, mas faz parte do jogo político. Eu estou aqui para criticar e mostrar que quando você quer fazer com responsabilidade, você faz. Mas, infelizmente, na cidade onde eu escolhi morar, onde eu resido, a administração deixa a desejar e muito. Fica aqui meu desabafo.

Também quero aqui dizer, Sr. Presidente, que hoje estou no partido PL, tive uma notificação e fico pasmo de ver tanta hipocrisia de um cidadão lá do Extremo Sul da Bahia, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que veio pedir meu afastamento do nosso partido, mas, simplesmente, ele é pior do que nós. Nós pelo menos somos realistas e temos condições de ser o que somos e não precisamos ficar atrás do muro, como a gente tem vídeo desse rapaz, do Rangel, que hoje está nas redes sociais falando que tanto eu como outros colegas estamos na Base do Governo, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas a gente tem vídeo dele ao lado do nosso governador, como outros parlamentares que não têm a capacidade de chegar e se declarar porque tem “rabo preso” com “a”, “b” ou “c”.

O nosso mandato é do povo baiano. Eu fui eleito para estar aqui nesta Casa para atender o povo baiano e não me faltará partido para que eu possa estar ingressando e continuar representando o povo baiano. Mas não vou ser hipócrita como um tal de Rangel, que está falando besteiras hoje, mas ele é pior do que de quem ele está falando.

Um abraço e que Deus abençoe a todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Raimundinho da JR.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido a deputada Olívia Santana para ocupar a tribuna por 5 minutos no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu quero saudar todo este Plenário e as galerias desta Casa. Envio um abraço para o meu querido Pola. E a nossa gente do cinema e do audiovisual, na Bahia, vibra e tem a expectativa em

relação à votação do PL que cria a Bahia Filmes em nosso estado. Essa empresa é voltada para o audiovisual. Isso é objeto de uma luta histórica dos diversos segmentos baianos dos cinema, audiovisual e games. Nós já fizemos diversas audiências públicas para tratar desta matéria dentro e fora desta Casa. Portanto, é muito importante fazermos este esforço mais coletivo de garantir que hoje a gente consiga, verdadeiramente, votar e aprovar o PL da Bahia Filmes. Será uma festa no setor. Ainda dará tempo para o estado da Bahia captar recursos, ainda este ano, para consolidar e estruturar esta empresa, que é tão importante para o desenvolvimento do audiovisual baiano.

Também, Sr. Presidente, quero dizer da minha tristeza e, ao mesmo tempo, lamentar os dados do relatório da ONU sobre os indicadores terríveis e dramáticos de violência contra mulheres no Brasil e no mundo. É um vexame chegarmos ao século XXI, a um quarto, praticamente, do século XXI e perceber que ainda cresce a violência que recai sobre as mulheres, a violência de gênero. Mulheres são violentadas por serem mulheres. Mulheres são mortas por serem mulheres.

É dramático esse indicador, pois 85 mil mulheres foram mortas apenas no ano de 2023, em todo o planeta. Vejam, 51.100 mulheres morreram dentro da própria casa. E o algoz é aquele que deveria ser o parceiro, o companheiro, o marido, o namorado ou o homem que compartilha a intimidade com essa mulher. Esse se transforma em assassino dessa mulher. Esse fato, depois, vira estatística. Não é só um número: 85 mil mulheres. Esse é um número estupendo.

De todo os milhares de mulheres, cada uma tem uma história, cada uma é um ser humano, é uma vida que foi ceifada de maneira violenta, não é? Inclusive, é de causar ainda mais espanto a naturalização do feminicídio no Brasil e no mundo. Há o fato das formas violentas de assassinar mulheres. Matam e ainda deformam, quando é de morte. Com arma de fogo, é, geralmente, na face. Isso é uma coisa absurda.

Portanto, há um indicador que, em nosso país, cresce a violência contra a mulher, porque, somente em 2023, no Brasil, foram 1.467 mulheres mortas, vítimas de feminicídio. Isso nos convoca a repensar em todas as políticas que vêm sendo implementadas no sentido de que ainda é muito pouco o que o Estado brasileiro vem fazendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para combater a violência contra a mulher.

Na Bahia, somente este ano, 63 mulheres já foram mortas, já foram vítimas de feminicídio.

Então, nós temos de ampliar as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres e alterar o processo educacional como um todo. É preciso educar as meninas para que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as meninas se fortaleçam nos relacionamentos, na busca do seu espaço na sociedade. É preciso educar os meninos para eles crescerem respeitando as mulheres, para eles crescerem aprendendo que homens e mulheres são iguais.

Nós não somos melhores, não somos piores.

Nós somos iguais.

Nós merecemos a vida, as oportunidades e a nossa plena liberdade e emancipação, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Radiovaldo.

O Sr. RADIOVALDO COSTA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, gostaria de falar sobre a agenda do domingo que nós, juntamente com o deputado Robinson e a deputada Ludmilla, fizemos. Estivemos em Jandaíra, no Litoral Norte do estado, o último município ali, já no limite próximo ao estado de Sergipe. Nós pudemos acompanhar uma agenda do governador para ordem de serviço da BA-396, já relatada pelo deputado Robinson.

Mas nós pudemos ver, deputado Robinson, a alegria do povo de Jandaíra com mais uma obra que vai ligar a cidade à BR-101 ou os municípios do entorno da BR-101 ao Litoral Norte do estado da Bahia, beneficiando municípios como Rio Real, Esplanada, Acajutiba, Aporá e Olindina que, em breve, já que a obra tem uma previsão de 18 meses, de um acesso mais rápido ao Litoral Norte do estado.

Esta obra, deputado Rosemberg, vai beneficiar o turismo, vai beneficiar os pequenos produtores e os agricultores familiares que terão uma estrada que vai permitir melhor escoamento da sua produção. Essa é uma obra reivindicada há muito tempo. O deputado Robinson foi um dos que lutaram por essa obra.

Mas fiquei muito feliz em presenciar a alegria da população. Já transitei naquela estrada nas condições atuais, no cascalho. Inclusive, no distrito de Abadia, há uma festa muito tradicional, agora, no mês de janeiro, com um investimento de R\$ 33 milhões. Passamos na escola estadual, em construção, que terá 10 salas com ar-condicionado. Esse é mais um investimento do estado.

Interessante, presidente, é ver um município pequeno, onde o governo do estado está investindo, Rosemberg, 30% do orçamento do município, em um município pequeno como esse.

Na minha fala, nesse ato com o governador, eu lembrei do debate que esta Casa faz sobre o empréstimo, quando a gente aprova as solicitações de empréstimo do governo do estado. Isso é uma antecipação de receita, receita essa que vem permitindo os investimentos que vêm sendo feitos para atender a reivindicações antigas da população de todo o estado da Bahia. Inclusive, há uma região que, talvez, nem todos os deputados aqui conheçam como a região de Jandaíra, no Litoral Norte.

Então, acho que isso é uma ação importante do governo do estado como fazer ações do governo em todos os municípios. O governador, com essa visita a Jandaíra,

chegou a 287 municípios em menos de 2 anos. E, em cada município desse que o governador visita, o governo tem levado ordem de serviço ou inaugurações importantes em educação, saúde e infraestrutura.

A gente espera que o governador Jerônimo continue com essa intensidade de investimento, porque isso melhora a qualidade de vida do povo da Bahia, reorganiza, inclusive, a economia dessas regiões, permitindo melhor acesso da própria população às riquezas naturais, como é o caso do Litoral Norte do nosso estado. Então, foi muito bom participar dessa atividade.

Em breve, o governador terá de voltar para inaugurar mais uma escola de qualidade, que vai permitir, à população de Jandaíra, melhores condições, como também, permitir uma educação de qualidade aos profissionais da educação.

Para fechar, presidente, essa nossa intervenção, eu também não poderia deixar de expressar o repúdio às denúncias da preparação do golpe e da tentativa de assassinato do presidente Lula, do vice-presidente do nosso país e, também, do ministro da Suprema Corte. É um absurdo a que ponto chega o bolsonarismo no nosso país. A gente precisa repudiar aqueles que querem atacar a democracia do nosso Brasil!

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, ainda há tempo, 2 minutos, para o próximo inscrito, José de Arimateia no Pequeno Expediente. (Pausa) Ele não está.

Seguindo, com a palavra Hilton Coelho. (Pausa) Ele não está.

Na lista, há os deputados Leandro de Jesus, Tiago Correia, Alan Sanches e Rosemberg Pinto.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo restante.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, visitantes das Galerias Paulo Jackson, eu quero aqui trabalhar para a gente poder hoje votar alguns projetos de interesse da sociedade. Um deles é a criação da Bahia Filmes. Nós já fizemos diversas audiências públicas ouvindo os setores interessados. Esse é um projeto que está totalmente equilibrado entre os diversos interesses da sociedade civil e os Poderes Executivo e Legislativo.

Então, eu gostaria muito da anuência do deputado Alan, com quem conversamos, para a possibilidade de votar favorável a este projeto.

O outro é o projeto que dá consistência ao Programa Minha Casa Minha Vida, na cidade de Salvador, num bairro carente, numa área de propriedade do governo do estado, fazendo essa cessão para a utilização dessa área em construção de habitações para a população carente, no Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Na semana passada, nós tivemos um grande debate. Eu espero que a gente possa consolidar hoje, deputado Olívia, com os projetos de concessão de Título de Cidadão Baiano ao Mestre Curio.

Nós iniciamos as discussões. Eu espero que a gente possa, hoje, votar o referido projeto, de forma a atender a uma demanda extremamente importante para a sociedade baiana, para um cidadão que ajudou e ajuda a construir a cultura da arte da capoeira no nosso estado, não como apenas uma arte, mas como um conceito de vida, como uma construção de cidadania.

Então, presidente, como chegou a esse tempo, eu quero afirmar, nas palavras do deputado Robinson, que nós precisamos repetir todos os dias. Nós não devemos abrir mão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder Rosemberg, V. Ex.^a está com a palavra, mas só para... O próximo tempo é o Grande Expediente, da Minoria. E os líderes não estão aqui. Por isso, eu vou prorrogar. Vou tomar, regimentalmente, a decisão de prorrogar o Pequeno Expediente até os líderes da Minoria chegarem para concordar ou não com o encaminhamento de V. Ex.^a.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Combinado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Retorno a palavra a V. Ex.^a.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Então, presidente, nós nos deparamos, na semana retrasada, com a publicização do inquérito que traz à tona a estruturação de um golpe contra o Estado brasileiro. E não é um golpe contra o presidente Lula, mas é um golpe contra o Estado. É um golpe dentro de uma concepção do retorno do autoritarismo, da verdade absoluta e de algo que nós achávamos que já não presenciariamos: o “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Pasmem! Por detrás disso, estava o atual ex-presidente da República. Pasmem! Havia conluio entre alguns policiais militares...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que não só previam o golpe, mas previam o assassinato de três representações da sociedade brasileira: o presidente da República, o vice-presidente e o ministro do Supremo Tribunal Federal. Ou seja, é a ultrapassagem de todos os limites da democracia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E eu quero aqui afirmar que estava entre esses acusados alguém a quem nós, nesta Casa, fizemos reverência, o almirante Garnier, que trabalhou aqui na Bahia, foi condecorado nesta Casa e fez parte da estruturação desse possível golpe que não veio a acontecer. Mas, por pouco, a gente veria o Brasil passar por uma situação de rompimento com a democracia e de assassinato de três personalidades que democraticamente exercem cargos públicos: o ministro do STF e o presidente e vice-presidente da República.

Por isso, meu presidente, prisão para todos os envolvidos nessa trama extremamente cruel para a sociedade brasileira.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Rosemberg.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu indago ao líder da Minoria se já há a decisão de ocupar o Grande Expediente. (Silêncio)

Não havendo, vou prosseguir dentro da metodologia do Pequeno Expediente

Convido o nobre deputado Diego Castro para falar pelo tempo de 5 minutos na prorrogação do Pequeno Expediente.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, os que nos assistem, a imprensa e S. Ex.^a, o povo da Bahia.

Sr. Presidente, hoje tomei conhecimento pela imprensa de um caso que a esquerda não toca não só aqui nesta Casa, mas em todo o Brasil, muito pelo contrário, quer jogar debaixo do tapete, fingir que nada aconteceu: (Lê) “*Comissão de Ética arquiva denúncia contra Silvio Almeida*”, o ex-ministro dos Direitos Humanos, aquele mesmo ministro do caso, e não sou eu que estou dizendo, é o referido jornal, do caso do “taradão da Esplanada”, que sofreu denúncias de assédio e caiu.

Engraçado, aqui teve um deputado do Psol que ofereceu uma honraria a esse ex-ministro. E o Psol fica calado com isso! Ninguém fala nada! Cadê os órgãos de defesa das mulheres ligados ao Psol? Estão caladinhos! Cadê o movimento feminista? Não se falou nada! Cadê? Onde estão agora? Porque em relação a Bolsonaro, o ex-presidente, o nosso eterno presidente, disseram que ele molestou até baleia. Olha aonde chega a criatividade desse povo! E cadê agora?

É por isso, presidente, que eu estou encaminhando a esta Casa um projeto de resolução para sustar essa homenagem ridícula desse deputado do Psol ao então ministro, ao “(Expressão retirada pela Presidência.) da Esplanada”, “(Expressão retirada pela Presidência.) do governo Lula”, que é muito bom no discurso, mas nas ações é totalmente contraditório com o que prega.

E a pergunta é: quando é que o governo vai, pelo menos, ter a hombridade de pedir desculpas por ter colocado um (Expressão retirada pela Presidência.) para ser ministro dos Direitos Humanos? Quando é? Quando é que as ONGs ligadas ao movimento feminista, ligadas às “feminazis”, vão se pronunciar sobre esse caso? Quando é que isso vai acontecer? E o Psol? Vai ficar calado? Não vai se retificar? Cadê Hilton Coelho? Não está nem aqui hoje.

E o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil? Cadê a ala ferrenha, defensora da extrema esquerda, para fazer seu pronunciamento? Olha que silêncio! Dá para fazer 1 minuto de silêncio, não é, presidente? Tem 2 minutos e 14 segundos. Mas vamos lá, para não jogar o discurso fora.

Infelizmente, estamos num país cujo governo tem a linha ideológica da hipocrisia, essa é a forma socialista de governar, prega igualdade, mas, na prática, é miséria, é coletivização da pobreza. Olhe os exemplos por onde passaram: Cuba, Coreia do Norte, China.

É com essa gente que esse governo, o mesmo que, aliado com o governo do PT da Bahia, que é da mesma linha, que tem pupilos que governam há quase 20 anos, colocou o estado em último em tudo. É esse o ideário desse partido que vem transformando a Bahia em uma “miniCuba”, em uma “miniVenezuela”, em uma “miniCoreia do Norte”.

Não preciso ir muito longe. A gente viu aí um exemplo mínimo, o da pandemia, que foi um grande ensaio social com aquela, me desculpe, com aquela porcaria de passaporte sanitário que parecia um método nazista de etiquetagem social dos que podiam e dos que não podiam fazer, do separatismo entre os judeus e a raça pura ariana. O mesmo modelo eles utilizaram aqui, punindo trabalhadores, punindo comerciantes, fechando escolas, igrejas e provocando a miséria coletiva. É essa a fórmula do Partido dos Trabalhadores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e de toda a esquerda para fazer política.

Para concluir, presidente, as contas deles sempre são de dividir e subtrair, longe de somar e multiplicar, porque eles têm aversão à prosperidade.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Diego Castro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Marcelino. (Silêncio) Não. É... concedo a palavra ao deputado Angelo Coronel pelo tempo de 5 minutos. (Intervenção fora do microfone.) Declinou. Passo a palavra ao nobre deputado Luciano Araújo. (Intervenção fora do microfone.) Declinou. Passo a palavra ao deputado Matheus Ferreira. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Alex da Piatã pelo tempo de 5 minutos na prorrogação do Pequeno Expediente, enquanto os líderes, isto é, a liderança da Maioria, define o acordo, a estratégia de votação dos projetos nesta tarde.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Boa tarde, Sr. Presidente, deputados e deputadas que estão nesta Casa, servidores, pessoal da imprensa em geral, todos que estão nessas galerias, em especial o pessoal do Mestre Curió, os meus cumprimentos. Cumprimentar também os nossos amigos ali, o prefeito eleito de Rio Real, Jan da Laranja; o meu amigo Binho, vice-prefeito eleito de Rio Real; e Fellipe, vereador eleito lá também, quero parabenizá-los. Eu tenho certeza de que vocês irão fazer um grande trabalho lá em Rio Real, reconstruindo aquela cidade com o apoio do nosso governador Jerônimo e de todos nós. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Sr. Presidente, eu vou aproveitar, o deputado Bobô esteve aqui, e o senhor pediu para ele aconselhar o Rogério Ceni... Foi isso, Bobô?

O Sr. Bobô (fora do microfone): Não deu, não.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Não deu, né? Ele disse que... Mas a gente não pode esquecer e falar do futebol, eu acho que nós temos, Bobô, Robinson, que acompanha de perto o futebol, um fato histórico a ser comemorado agora no futebol do Nordeste, presidente.

Tudo indica, porque eu considero que o nosso Vitória, deputado Luciano, já está na permanência da Série A, e vai continuar, que nós vamos ter pela primeira vez na história do Campeonato Brasileiro de Futebol, nesses moldes que aí estão,

deputado Angelo, cinco clubes do Nordeste fazendo parte: o Bahia, o Vitória, o Ceará, o Fortaleza e o Sport.

Então, é uma conquista enorme não somente para o nosso futebol, mas uma conquista que reflete também na nossa história, na nossa cultura, de nós nordestinos, deputado Euclides Fernandes, que tanto defende a cultura do Nordeste, a cultura nordestina, nós que sofremos com xenofobia e preconceitos, muitas vezes, injustos por parte de alguns. Nós podemos comemorar porque esse fato histórico vai além do futebol, deputado Eures. Ele vai para uma conquista da nossa cultura, da cultura nordestina, porque o futebol é a nossa maior paixão, é a paixão maior do brasileiro, e eu tenho certeza de que essa conquista reflete também em tudo isso.

Antes de terminar o tempo que V. Ex.^a está dando até completar o Grande Expediente, eu vou aproveitar também e puxar o gancho, eu não sei se algum deputado já citou isso hoje aqui na tribuna, eu só quero reforçar o nosso total repúdio ao fato que a Polícia Federal descobriu, a toda a trama para matar o presidente Lula, o vice-presidente Alckmin e o ministro do Supremo Alexandre de Moraes.

Eu acho que todos os brasileiros deveriam, neste momento, repudiar fortemente tudo isso porque foi uma verdadeira afronta à nossa democracia, uma afronta à nossa liberdade, eu acho que nós, a imprensa de uma forma geral, todas as instituições brasileiras, deveríamos, neste momento, nos pronunciar e ficar 100% atentos porque é um risco muito grande.

Eu lembrei aqui, presidente Zé Raimundo, V. Ex.^a que acompanha bem a história, lembrei da época do nazismo, quando o fascismo foi instalado, e um pastor evangélico cujo nome agora me fugiu, mas eu acho que era Nilton, dizia... Não era isso, Olívia? Era Nilton Miller^[1], salvo engano, eu não me lembro do nome exato.

Mas, no momento em que os nazistas estavam pegando, estavam matando os socialistas, ele dizia que não era socialista e que não tinha nada a ver com aquilo; quando estavam matando os católicos, ele dizia que era protestante, que não era católico, e não tinha nada a ver com aquilo; quando estavam matando os sindicalistas, ele dizia que não era sindicalista e não tinha nada a ver com aquilo; quando estavam matando os comunistas, ele agiu da mesma forma.

Depois ele disse: “Eu agora sou pastor evangélico, e começaram a matar os protestantes, os evangélicos, e eu não tenho mais ninguém para me defender, para lutar por mim”. Talvez muitos baianos, muitos brasileiros pensem dessa forma, então reflitam sobre a importância de nós, neste momento, nos posicionarmos e fortalecemos as nossas instituições.

Porque não foi um atentado somente a três pessoas, foi um atentado à vida humana e, mais do que à vida humana, um atentado à nossa liberdade, um atentado à nossa democracia, a algo que nós temos instituído com muita luta, com o sangue de muitos irmãos nossos.

Com isso, desde já trago aqui essa mensagem: que possamos, cada um de nós aqui, deixar uma manifestação escrita nos Anais desta Casa, deputado Bobô, para

que todos os nossos partidos políticos, independentemente de posição ideológica, possam se manifestar.

Porque eu confesso que vi poucas manifestações, foram manifestações muito aquém, deputada Fátima, do que mereceríamos e do que nós precisaríamos e precisamos para mantermos a nossa liberdade, as nossas instituições firmes, fortes e principalmente mantermos a nossa democracia cada vez mais acesa e, assim, darmos um basta nessa possibilidade de anistia que se fala aí para os autores desses atentados, em especial o atentado de 8 de janeiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Alex da Piatã, pela belíssima intervenção que V. Ex.^a corretamente fez ao lembrar o nome do pastor Martin Niemöller, que foi justamente o autor dessa grande frase que é hoje repetida, não é? Na verdade, trata-se de um pensamento dele, um poema, uma reflexão filosófica que hoje é repetida por todos nós democratas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em seguimento, eu concedo a palavra à nobre deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Boa tarde a todos e a todas! Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, nosso povo está aqui nas galerias se movimentando muito bem para que hoje possamos votar o projeto de lei da deputada Olívia Santana, o qual concede o Título de Cidadão Baiano ao Mestre Curió, o que é muito importante e necessário. Em qualquer tempo e em qualquer época, isso seria muito justo e o é ainda mais neste mês de novembro em que celebramos as conquistas e as lutas do movimento negro. Portanto, tenho certeza de que até o final da tarde vamos conseguir votar.

Também queria, presidente desta sessão nesta tarde, que está presidindo também a nossa Casa neste momento, reafirmar a nossa alegria por ontem muitos de nós termos estado ao lado do nosso governador Jerônimo Rodrigues, do nosso senador Jaques Wagner e de dois ministros: o ministro Wellington Dias e o ministro Márcio França. Nesse ato de ontem à tarde, pudemos sentir o que significa respeitar a democracia, garantir direitos e lutar sempre para que a vida seja cada vez mais vivida de forma plena e de forma digna.

Ouvimos, nas palavras do nosso senador, aquilo que é a contradição, alguns poucos... e vimos nas palavras de repúdio do nosso caro deputado Alex da Piatã, com o que eu também concordo. Aliás, todos que somos em defesa da vida concordamos. Se por um lado houve um período de tempo com um governo que preferia trabalhar estratégias de morte, nós estamos hoje vivendo um período de governo que trabalha estratégias de vida.

Nota do Departamento de Taquigrafia: o nome a que o deputado Alex da Piatã se referiu é “Martin Niemöller”, conforme informação trazida posteriormente pelo deputado Zé Raimundo Fontes.

Por isso, todas as ações que ontem foram assinadas, contratadas, pactuadas com as instituições dos movimentos e das organizações sociais, revelam e demonstram o compromisso daqueles e daquelas que foram eleitos na última eleição, numa aliança ampla do Partido dos Trabalhadores e de mais outros partidos que compuseram a vitória da volta do presidente Lula.

Portanto, em poucas palavras, quero falar da minha satisfação de todos os programas terem sido assinados ontem, como o Programa Acredita, voltado para pessoas jovens, pessoas de menor renda para que possam obter créditos para gerar suas oportunidades de empreendimentos, além da entrega daqueles equipamentos, veículos que servirão para o sistema Rede Suas prestar atendimento às pessoas que precisam da assistência social.

Além desses programas, alegro-me muito mais por novamente o Programa Cisternas voltar com força. Ontem, aproximadamente 15 mil cisternas foram contratadas para serem construídas no nosso Semiárido. Sabemos o quanto é importante guardar a água da chuva, zelar pela água e ter água quando vem a precisão – a precisão de beber água, de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) cuidar dos animais e de fazer também da água uma fonte de produção.

Por último, neste minutinho que falta, eu quero saudar os 25 anos da Articulação Semiárido Brasileiro, que realizou na semana passada seu grande encontro de celebração das conquistas, mas também de preparação de uma carta em que aponta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os desafios e traz para o governo federal, governo estadual e governo municipal todas as tarefas, todas as ações que ainda precisamos realizar para que tenhamos um Semiárido vivo, um Semiárido forte e um Semiárido com o seu povo vivendo feliz.

Muito obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito obrigado, deputada Fátima Nunes. Parabéns pela participação de V. Ex.^a em toda essa história da luta das nossas organizações sociais.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Primeiro, quero parabenizar a presença dos mestres e de toda a comunidade da capoeira que está aqui para garantir que nós tenhamos a aprovação do Título de Cidadão Baiano para o Mestre Curió, o que é obviamente muito justo, mas mais do que justo, é extremamente importante neste momento em que nós não podemos deixar que a capoeira dê um passo para trás; muito pelo contrário, que a capoeira ande para frente com a aprovação da Lei da Salvaguarda da Capoeira.

Nós precisamos, obviamente, homenagear as nossas grandes referências. Mestre Curió é alguém que sintetiza essa riqueza e é um orgulho para todos nós, para os baianos em todo o Brasil e ao redor do mundo. Quero parabenizar a deputada Olívia Santana por toda dedicação a essa causa e dizer que nos somamos a isso completamente.

Esta Casa precisa ter um posicionamento ativo em relação a isso e aprovar ainda nesta sessão, se possível, deputada Olívia, esse título para o Mestre Curió, já que nós já estamos finalizando o Novembro Negro. Nós não podemos terminar o Novembro Negro de 2024 sem garantir essa homenagem tão importante para a Bahia, dado o significado da capoeira para nossa identidade.

Então, parabéns aos movimentos sociais! Nós estamos com vocês nessa luta, está bem?

Bom, gente, não poderemos deixar de registrar isso aqui, já que nós precisamos acompanhar os últimos fatos gravíssimos que aconteceram em dimensão nacional, mais precisamente o que se revelou em relação ao trajeto do golpe que pretendeu – agora comprovadamente – matar o presidente Lula, o seu vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Para nós, é algo que não pode, de forma nenhuma, terminar com uma nova anistia de golpistas que tramam contra as liberdades democráticas, porque dessa vez eles chegaram acima de qualquer limite tolerável. A situação de um ex-presidente da República, pela primeira vez na história, comprovadamente tramar o assassinato de um novo presidente da República? Isso não pode, de forma nenhuma, ficar sem uma punição que sinalize para essa extrema-direita que nós daremos limites àqueles que querem colocar limites às nossas liberdades democráticas.

Então, a Bancada do Psol entrou com um conjunto de medidas, inclusive, com ofícios ao STF pedindo a prisão preventiva de Bolsonaro e de Walter Braga Netto. E a PGR precisa acelerar o processo de conformação da peça que vai pedir com certeza essas prisões.

Nós temos um conjunto – são dezenas de envolvidos – de 36 outros indiciados, sendo mais de uma dezena de militares envolvidos nessa trama macabra que precisa ser respondida. Nós não podemos premiar com a impunidade algo que está hoje fartamente documentado, que foi revelado com riqueza de detalhes e que tem tamanha gravidade.

Nós do Partido Socialismo e Liberdade somos contra qualquer tipo de anistia. Que o indiciamento se torne condenação e sem anistia para fascistas!

Os golpistas não passarão!

Sr. Presidente e demais deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Só para concluir, Sr. Presidente, nós queríamos registrar também a situação gravíssima pela qual passa o nosso Instituto Anísio Teixeira, uma instituição que foi fundada e vem cumprindo o seu papel de maneira exemplar. V. Ex.^a é também educador e sabe o papel que o Anísio Teixeira tem cumprido no

sentido de garantir que elementos relacionados à metodologia e a relação disso com os avanços tecnológicos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) possam auxiliar nos processos educacionais.

É uma instituição que tem um coletivo de servidores públicos de carreira premiado nacional e internacionalmente, mas tudo isso está sendo questionado hoje pela direção do instituto, que quer simplesmente, na prática, fazer um afastamento da equipe que acumulou todo esse conhecimento, que – como eu disse – é premiada internacionalmente e que pode estar fora do processo de condução do Anísio Teixeira em benefício de uma perspectiva, a nosso ver, privatista, que vai abrir a perspectiva de que empresas privadas controlem a dinâmica do Anísio Teixeira.

Nós não podemos ceder os grandes patrimônios da Bahia, especialmente quando se acumula tanto conhecimento, quando se acumula tanta capacidade de intervenção e de afirmação também da nossa soberania nacional na dimensão do estado da Bahia. Nós não podemos deixar que tudo isso naufrague em benefício de grupos privados que invadem hoje o serviço público por meio da mercantilização da educação em todas as suas dimensões.

Nós queremos deixar todo o nosso apoio ao conjunto de profissionais do Anísio Teixeira, uma equipe que vem sendo reduzida propositalmente, mas que ainda tem muita musculatura porque tem conhecimento, acumulou toda uma tradição de produção intelectual e não pode ser escanteada, mais uma vez, pela padronização de pacotes de empresas externas à Bahia, que não conhecem o nosso território e que vêm com soluções mágicas para que se alcance índices de maneira artificial sem acionar a inteligência do nosso povo, a sua criatividade, ou seja, o real potencial para termos uma Bahia que saia da condição que nós temos hoje.

Se nós não apostarmos no que é nosso, no que é autêntico, enquanto potência da nossa Bahia, e continuarmos legitimando o conhecimento pasteurizado, padronizado, externo, sem força, sem legitimidade em relação ao que é o território baiano e seu povo, nós nunca teremos a Bahia em outro caminho. Um caminho que seja de riqueza cultural, de riqueza intelectual, mas que seja também um caminho de igualdade social e não a terra da desigualdade como nós vemos hoje a Bahia sendo a sexta, sétima economia ou o 20º e tanto estado em Índice de Desenvolvimento Humano.

A mudança dessa trajetória vai ser feita necessariamente pela produção intelectual do nosso estado e o Instituto Anísio Teixeira é um belíssimo exemplo de décadas de dedicação, de produção e – como eu disse – de reconhecimento internacional dessa contribuição do ponto de vista da educação. O Anísio Teixeira precisa permanecer vivo na sua essência, Marcelino Galo, no seu espírito, que é dessa produção intelectual autêntica dos baianos, da nossa intelectualidade. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado, líder, Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, a depender do quórum da Base do Governo, a gente tinha acordado aqui que nós votaríamos o Bahia Filmes, o terreno em Salvador para o Morar Melhor, e parece que teriam duas urgências. Esse foi, mais ou menos, o encaminhamento com a liderança do Governo e com V. Ex.^a.

Então, para deixar claro com os colegas aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai pedir quórum?

O Sr. Alan Sanches: Eu queria o quórum da Base do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Srs. Deputados, o deputado Alan, líder da Oposição...

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, pedida a verificação de quórum, eu queria que V. Ex.^a colocasse o tempo regimental e também fizesse uma chamada nominal para que os deputados que, porventura, estão em seus gabinetes pudessem comparecer aqui, ao Plenário, com a anuência do líder Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelo líder da Oposição, deputado Alan Sanches. Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências desta Casa, por favor, se dirijam ao Plenário. Temos um pedido de verificação de quórum de votação.

Zerem o painel, por favor.

Srs. Deputados que se encontram aqui, no Plenário, por favor, deputado Luciano, deputado Hilton, deputado Eures, marquem a presença. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação, favor se dirigirem ao Plenário.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para votação.)

Deputado Alex, deputado Bobô, deputado Zé Raimundo, deputada Olívia, deputado Angelo Coronel Filho, deputado Antônio Henrique, deputado Cafu Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hassan, Ivana Bastos, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Luciano Araújo, Ludmilla, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Patrick, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Soane Galvão, deputado Zó...

Srs. Deputados, por favor, se dirijam ao Plenário. Existe um pedido de verificação de quórum.

Deputada Cláudia, deputado Cafu, Eduardo Salles, deputado Euclides, por favor, dê presença, Raimundinho, Hassan... deputado Rosemberg está presente. Vitor, Ricardo...

Os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, por favor, se dirijam ao Plenário.

Cláudia, Eduardo, Eduardo Salles, Marcelinho Veiga, Fabíola, Fabrício, Fátima Nunes, Ivana Bastos...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já deu quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem 21?

O Sr. Rosemberg Pinto: Já tem 22, deputado Alan!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, o deputado conta também.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu queria só...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Colocar a Ordem do Dia?

O Sr. Rosemberg Pinto: Agora, não, porque nós ainda estamos no início da sessão, uma vez que foi prorrogado o Pequeno Expediente, e depois teve uma...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a quer indicar quem para usar da palavra?

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Rosemberg Pinto: Quero indicar para usar da palavra o deputado Zé Raimundo, por 5 minutos, e a deputada Olívia Santana, por mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 5 minutos, no tempo do MDB/PSB/Patriota/Pode/Avante.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, lideranças comunitárias que estão presentes na galeria, eu retorno, Sr. Presidente, à tribuna para reforçar o entendimento, a compreensão sobre os atos de 8 de janeiro de 2023, que culminaram na tentativa do golpe, orquestrado pelos setores conservadores, especialmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Infelizmente, a história do nosso país não é uma história de plenitude democrática. Nós fomos o último país do mundo a abolir a escravidão, e mesmo assim ficou um passivo histórico, um passivo da não inclusão de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras descendentes das culturas, das sociedades africanas, e ao longo do século XX esses sujeitos sociais lutaram para uma inclusão.

Essa luta começou pelos nossos líderes dos trabalhadores na Bahia, no Rio de Janeiro e em muitos outros estados. E, na Bahia, tivemos Manuel Querino, que, inclusive, dá nome a esse programa de formação e capacitação profissional; Ismael Ribeiro, outro grande líder operário; Domingos Silva, que, hoje, ainda tem a sua presença no Pelourinho com um colégio que leva o seu nome, o Solar do Unhão, onde era o centro operário; e Marighella, que também foi uma das lideranças forjadas nessa cultura de descendência africana com europeia. Essa nossa luta resultou em muitas conquistas e em muitos avanços que ainda hoje estão em debate.

No plano da democracia, mesmo na formalidade, nós vivemos muitos momentos de autoritarismo e ditadura. Vargas em seu primeiro momento; depois ele volta como um grande estadista democrático. Tentativas de ação militar ocorreram

lá atrás, em 22 e também em 35, em Natal. Mas, sobretudo, o que deixou uma marca indelével na nossa história foi a ditadura militar de 64, que nós, a minha geração, lutamos para destruir e construir um novo momento, que culminou com a eleição de Tancredo, inicialmente, depois Sarney, e com a Constituição Cidadã de 88.

De lá para cá tem sido uma luta gigante para nós afirmarmos a democracia substantiva e, principalmente, manter as instituições liberais, representativas da democracia liberal burguesa, em funcionamento. Mas lá em 64 uma parte da elite civil se juntou aos militares e deram o golpe.

E agora, também nessa conjuntura, depois do golpe contra Dilma, depois daquela farsa contra Lula que o levou à prisão, o povo retoma com a eleição de Lula e, aí, vem essa tentativa de golpe. Por isso, o Brasil precisa definir qual é o rumo do futuro que ele quer: se é um Brasil oligárquico, concentrador do poder, de renda, e a extinção dos, minimamente, mecanismos democráticos, ou um país que, efetivamente, amplia as oportunidades para negros, índios, miscigenados, para os pobres, para os empresários nacionalistas, para os empresários que querem construir o mercado interno, para os empresários que têm um projeto de Brasil, como Neca Setubal, que é a maior herdeira individual, como Walter Salles, que é o cineasta mais rico do mundo, que também é herdeiro da fortuna...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Itaú Unibanco, e que apoia o governo Lula, como muitos industriais, como muitos empresários. Por isso, Sr. Presidente, é o momento de um grande debate sobre um projeto de Brasil, incluindo setores da burguesia nacional que queiram, efetivamente, reconstruir o Brasil na perspectiva de um país mais solidário e democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa é a minha consideração.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, esse é um tema que está sendo tratado de maneira muito apropriada nesta Casa, a defesa da democracia, o repúdio a essa tentativa de abolição do Estado democrático de direito liderada por um ex-presidente da República, que foi eleito por esse sistema e todos nós aceitamos, sim, o resultado das urnas, porque a democracia é isso, a gente não aceita só o que nos beneficia. É preciso entender que é preciso respeitar o sistema conquistado com muita luta. A gente já viu os horrores da ditadura militar no Brasil em 64, e não é possível essa tentativa de reeditar golpes militares no Brasil e em outros países da América Latina.

A extrema direita passa de todos os limites. E é muito importante celebrarmos, sim, reafirmarmos a democracia e darmos força também ao ministro Alexandre de Moraes, que tem sido uma referência no STF na defesa tenaz do atual regime democrático, essa democracia imperfeita, essa democracia em construção, mas que é o que temos e não podemos retroagir.

É muito grave que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, tenha feito parte desta tentativa, desse plano de golpe. Aliás, foi impresso no Palácio do Planalto o tal projeto do plano, do golpe. Inclusive, houve a tentativa de execução do sequestro do ministro Alexandre de Moraes. Só não conseguiram esse intento por conta de uma situação que aconteceu, que fez com que, naquele momento, ele não estivesse onde os golpistas estavam na espreita para sequestrá-lo. Portanto, é algo inaceitável e que mereceria, inclusive, o repúdio dos 63 deputados desta Casa, porque todos nós, todas nós aqui fomos eleitas e eleitos por esse sistema democrático. Portanto, está acima dos partidos, está acima do PT, do PCdoB, do Psol, dos partidos de esquerda, é uma questão que diz respeito ao Brasil, à democracia brasileira.

Portanto, acho que esse crime, em que há, além do ex-presidente, mais 36 indiciados, não pode ficar impune. É preciso ir até o fim, é preciso responsabilizar todos os que fizeram parte dessa armação monumental, com o objetivo de tirar a vida, inclusive, do presidente Lula, do vice-presidente Alckmin, para não se ter sucessor, e do ministro Alexandre de Moraes. Estamos diante de um fato gravíssimo que não pode ser tolerado, não pode ser amenizado, não pode ser naturalizado. É preciso um clamor coletivo para que haja, sim, punição completa, absoluta de todos os responsáveis por esse plano macabro de golpe de Estado, seguido dessa tentativa de assassinato de três grandes lideranças políticas e jurídica do nosso país.

Finalizo a minha fala, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) saudando, mais uma vez, a presença nesta Casa do nosso querido Mestre Curió, que tem 87 anos, o nosso guerreiro, batalhador, (palmas) exemplar liderança que entregou a sua vida à luta pela capoeira, a capoeira Angola, levando adiante o legado do nosso Mestre Pastinha...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) mas também do Mestre Bimba, de todos os que se foram, dos nossos ancestrais.

Já estamos no dia 26 do mês de novembro, e é verdadeiramente lamentável não ter na Assembleia Legislativa do estado mais negro do Brasil um título de cidadão baiano para essa personalidade...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concluindo.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) que é o Mestre Curió. A gente tem que lutar pelo óbvio, para garantir que esse título seja aprovado. Eu clamo a todos os deputados e deputadas que se associem à nossa iniciativa e que votem, que aprovem, com legitimidade, esse título para o Mestre Curió, que é um dos maiores mercedores dessa honraria nesta Casa.

Já aproveito para dizer a Pola: uma vez aprovado esse título, Pola, gostaria de ter você nessa sessão filmando, porque vai ser uma sessão histórica e inesquecível.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria pelo tempo do PSDB/PDT. Há orador?

Não há orador, não é isso?

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Srs. Deputados, antes de chamar o próximo tempo, peço um pouquinho da atenção de V. Ex.^{as}, deputado Hilton, deputada Olívia, senhores deputados, a maioria dos senhores deputados não tiveram a oportunidade hoje de conhecer o novo Serviço Médico e Odontológico da Assembleia. Coincidentemente hoje vai ser inaugurado o Hospital Aliança Star, que é uma ala do Hospital Aliança com atendimento diferenciado, com alto luxo. E, hoje pela manhã, nós inauguramos aqui o serviço médico que não deixa nada a dever ao Hospital Aliança Star que será inaugurado agora no final da tarde.

Então, Srs. Deputados, gostaria que V. Ex.^{as} que não tiveram oportunidade de conhecê-lo vão lá conhecer. Não quero que vocês usem, quero que vocês conheçam, quer dizer, a não ser um tratamento dentário, outros sistemas cardíacos, não. Mas o sistema dentário não tem problema nenhum, está bom?

Então, deixando um pouco a brincadeira de lado, queria agradecer, mais uma vez, toda a diretoria daquele centro, os funcionários, por terem tornado aquele ambiente muito mais acolhedor, com equipamentos de última geração, que não deixam nada a dever aos consultórios particulares daqui de Salvador, deputado Tiago Correia.

Com a palavra o nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou dar 5 minutos... Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do União Brasil. V. Ex.^a vai indicar também o União Brasil?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Último tempo, concedo a palavra ao líder do Governo ou da Maioria ou ao líder da federação para falar ou indicar orador pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou falar apenas por 10 minutos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder Rosemberg por 10 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, nós estamos vivenciando um momento na sociedade brasileira em que é fundamental que todos nós nos posicionemos no sentido de criar uma caminhada para consolidar o processo democrático, deputado Zé Raimundo, e evitar qualquer tipo de retrocesso que põe em risco as relações pessoais, que põe em risco as relações da política.

A política é o único instrumento capaz de resolver os problemas materiais da sociedade. No campo da fé, as crenças que cada um de nós tem a partir de Deus, a partir dos orixás... A partir da crença de cada um, é na fé que se dá a construção simbólica para a vida das pessoas. Mas, na materialidade, é a política. E nós não podemos permitir que a política seja utilizada para fazer mal a outras pessoas. A política é fundamental para garantir que as representações da sociedade trabalhem para o bem comum, trabalhem para resolver os problemas da sociedade.

Não podemos deixar, deputada Olívia, deputado Zé Raimundo, de nos indignar quando percebemos que, ao nos dirigir a algum local – um restaurante, um teatro, algo que faz bem para a vida das pessoas –, há na porta desse espaço alguém dormindo porque não tem casa para morar, há alguém pedindo um prato de comida porque não tem comida para se alimentar. Às vezes, estimulamos a fé em uma disputa da política que nada tem a ver para que possamos adentrar determinados interesses que não estão no campo da realidade das pessoas.

Ninguém pode liderar a espiritualidade de ninguém para disputar no processo da política entre o bem e o mal. A política deve ser disputada entre quem quer fazer melhor e o maior bem para a sociedade. É isso que nós precisamos trazer à tona no debate que a sociedade vive entre o bem e o mal. A política não pode ser só disputada nessa seara. Eu vim trazer esse debate para que possamos entender e respeitar o pensamento de cada uma e de cada um, mas também encontrar um caminho que permita que todos possam passar independente dos seus pensamentos.

Então, presidente, eu quero trazer à baila determinadas questões que às vezes trazemos e votamos nesta Casa. Eu, às vezes, tenho sido cobrado na solidão da liderança do Governo e certamente Alan na solidão da liderança da Minoria, às vezes em um momento de muita discussão sobre as dispensas de formalidades. Eu quero trazer o meu posicionamento com relação à concessão de comendas e títulos. Eu defenderei que todas as comendas e os títulos devam seguir o Regimento da Casa e sejam votadas no painel da forma que o Regimento indica, com os votos secretos e com o quadro de votação qualificado. Isso acaba tirando a responsabilidade, deputado Vitor, de eu ser cobrado por uma ou outra pessoa, por ter dispensado as formalidades para votar um ou outro título a uma ou a outra pessoa.

Aqui são 63 deputados e deputadas. A dispensa de formalidades não indica votação a nenhuma das posições. A dispensa de formalidades dá agilidade ao processo, por isso que as dispensas que eu faço com o deputado Alan não indicam como deverá ser votado, cada um vota de acordo com o seu entendimento.

Então, a partir de hoje, naquilo que houver entendimento, eu dispensarei as formalidades, mas na questão de títulos, de honrarias deverá ter o quadro qualificado como diz o Regimento desta Casa. Se alguém não pedir, eu serei o primeiro a fazer a solicitação de que a votação seja nesse sentido. No que tange às comendas, que passem necessariamente pela Mesa Diretora da Casa, conforme nós votamos no Plenário da Casa Legislativa.

Neste momento, eu queria... Isso independe como é a partir de agora, o título de Mestre Curió independe disso, porque nós fizemos um acordo para ser votado

nesse caso especificamente. Por isso, é a minha questão... O deputado Samuel pediu para ser votado em quórum qualificado e, por isso, nós não votamos naquele dia. Se votássemos, certamente nós perderíamos porque não teríamos a quantidade de votos suficientes.

Acho que nós chegamos a uma combinação. Algumas representações ficaram de procurar o deputado Samuel Junior. Espero que isso tenha acontecido para que possamos apreciar e votar esse título de cidadão que é extremamente importante para a cultura baiana e a cultura soteropolitana. Mas, a partir desse, todos os outros que eu dispensar as formalidades deverão cumprir o Regimento da Casa Legislativa.

Pois não.

O Sr. Euclides Fernandes: Meu caro líder do Governo, me estranha a colocação de V. Ex.^a quando V. Ex.^a busca adequar uma norma no que diz respeito à discussão e à votação de honrarias. Mas, no mesmo momento em que V. Ex.^a apresenta a sua sugestão, já abre uma exceção, já pede uma exceção.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Não, eu não pedi exceção não.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a está destruindo o que V. Ex.^a fez na solicitação.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Não, não estou abrindo exceção.

Olhe bem, eu estou apresentando esta posição regimental a partir deste momento.

Todo o combinado, antes deste momento, deve prevalecer, porque acordo é para ser cumprido.

Então eu estou dizendo “a partir deste momento”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, esta Casa já votou. Todas as comendas têm de passar pela Mesa Diretora. Então, não vamos abrir mão. Não tem exceção. Todas as comendas... Agora, quanto à questão de voto, como o Regimento mostra no painel, a partir de agora, nesta Casa, aprovando...

Mas já foi decidido pela Casa. Todas as propostas de comendas e de títulos, necessariamente, têm de passar pela Mesa Diretora. Com a sua aprovação, a proposta vem para o Plenário que tem o poder de aprovar ou derrubar.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há mais orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há um pedido de requerimento de urgência.

(Lê) “*Requerimento nº 10.618/2024*”

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.565/2024, de autoria do Poder Executivo, que 'Altera a Lei nº 13.194, de 19 de novembro de 2014, na forma que indica.'.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Vou para a Ordem do Dia, Rosemberg.

Cadê o outro projeto de urgência?

O Sr. Alan Sanches: Presidente Adolfo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, deputado Alan, pois não?

Eu vou botar logo em votação esta urgência aqui, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu queria pedir as presenças de todos os deputados e deputadas para que se façam presentes em Plenário para votar um requerimento de urgência.

Este requerimento, ele é de fundamental importância. Na realidade, é para equilibrar o que foi aprovado no Congresso Nacional com o estado da Bahia, ou seja, quando você altera a tributação, deputado Alan, sempre a gente votou de consenso isso aqui. Toda vez que tem a alteração de tributação no cenário federal é necessária a atualização pela Casa Legislativa do Estado da Bahia.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes para dar quórum de votação para este quesito específico, porque quanto aos outros dois projetos, nós votaremos por acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Se V. Ex.^a quiser inverter.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É. Então podemos inverter. Como tem acordo para o projeto de lei...

Deputado Alan...

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Não, rapaz, ele quer quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Mas ele, deputado Alan, quer quórum para o requerimento de urgência, Vitor. O deputado quer quórum para urgência, não é isso? Eu vou inverter a pauta. Pode ser, deputado?

Existe um pedido de dispensa de formalidades para votação do Projeto de Lei nº 25.532/2024, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Bahia Filmes (Companhia Audiovisual do Estado da Bahia), e dá outras providências.

O Sr. Alan Sanches: Eu indico, como relator, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, para relatar, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Bom, Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores e senhoras presentes nas galerias, para mim, é uma honra muito grande relatar este projeto, pois o mesmo é uma reivindicação histórica desta categoria de agentes, produtores culturais e todos aqueles que militam no audiovisual da Bahia.

Então, vejam vocês o clima que nós vamos votar este projeto quando eu fui anunciado para relatar este projeto pelo líder da Oposição, deputado Alan Sanches. Então, isso diz sobre a unanimidade da correção da conjuntura da apresentação deste projeto.

Então, este projeto, ele foi construído pela própria categoria. Já, aqui, nesta Casa, em junho de 2022, foi apresentado pelo próprio setor sobre a forma de indicação para criação da Bahia Filmes.

E, hoje, se concretiza com uma iniciativa do governador Jerônimo Rodrigues que, compreendendo claramente a necessidade de uma terra onde pulsa a cultura, uma cidade como Salvador, um estado tão diverso, sabe da necessidade de ter uma empresa para fomentar, apoiar e desenvolver esse segmento cultural. Então, o governador Jerônimo Rodrigues incorporou o tema ao seu programa de governo. Hoje, ele chega a termo, porque vem para Assembleia Legislativa.

E, por unanimidade, nós vamos aprovar nesta Casa para instituir a Bahia Filmes em nosso estado.

Então, eu vou relatar o documento.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.532/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a instituir a BAHIA FILMES - Companhia de Audiovisual do Estado da Bahia, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se à criação da BAHIA FILMES - Companhia de Audiovisual do Estado da Bahia, sob a forma de sociedade anônima de capital autorizado, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receitas próprios, e com autonomia administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira, ‘que tem por objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico, tecnológico e inovativo da atividade audiovisual no Estado da Bahia’, conforme registra a Mensagem Governamental, ressaltando ainda que o desenvolvimento do setor audiovisual representa ‘um passo fundamental para o fortalecimento da indústria criativa, com o intuito de estimular a produção, distribuição e difusão de

conteúdos audiovisuais de qualidade, gerando emprego, renda e projetando a Bahia no cenário nacional e internacional.'

A proposta estabelece, no seu art. 2º, as finalidades da BAHIA FILMES, entre as quais destacam-se: estimular a cadeia produtiva do setor audiovisual como estratégia de dinamização da economia do Estado da Bahia; estimular a criação, a transação de direitos e a circulação de ativos de propriedade intelectual baiana e independente, sob forma de obras audiovisuais interativas e não interativas; desenvolver, financiar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social, cultural, artístico, tecnológico e científico da atividade audiovisual do Estado da Bahia; subsidiar o desenvolvimento de produtos, marcas e serviços de agentes econômicos baianos, ou neles investir; comercializar, distribuir e promover produtos, marcas, direitos e serviços no país e no exterior; subsidiar eventos promocionais do audiovisual baiano, ou neles investir, no país e no exterior; atuar como film comission, sistematizando carta de talentos e serviços públicos e privados do Estado da Bahia, atraindo produções e negócios audiovisuais de outros Estados e Países, promovendo o potencial socioeconômico do Estado da Bahia e de seus Territórios de Identidade; promover ações de desenvolvimento regional por meio do acesso à informação, qualificação profissional, fomento à atividade audiovisual, promoção e circulação de obras nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia; investir no desenvolvimento de empresas da atividade audiovisual; estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros junto a esferas de financiamento a atividades audiovisuais públicas e privadas, brasileiras e estrangeiras, lastreados ou não, nos ativos integrantes do seu patrimônio, para a viabilização de investimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia; fomentar a universalização do acesso a obras audiovisuais baianas independentes em favor da população do Estado da Bahia por meio do estímulo à comunicação pública pelos agentes econômicos difusores de conteúdo audiovisual públicos e privados; estimular as diversidades de gênero, étnico-racial, etária e regional no acesso à política de desenvolvimento do audiovisual baiano; e estimular a acessibilidade das pessoas com deficiência aos serviços de obras audiovisuais.

Trata-se de matéria de relevante interesse público, notadamente quando temos em conta as altas potencialidades da Bahia para a implantação de um polo audiovisual, dadas a sua diversidade étnico-cultural, a natureza exuberante e a capacidade criativa de sua gente, que tantos talentos já exportou para o Brasil e para o mundo, nas áreas cinematográfica, da publicidade, e outras afins.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2024.”

Viva à democracia!...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Marcelino.

O Sr. MARCELINO GALO: (...) É justamente nesses momentos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos à votação.

O Sr. MARCELINO GALO: (...) que o interesse da sociedade se encontra com os interesses do povo.

E viva ao audiovisual na Bahia!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação do âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.532/2024, procedente do Poder Executivo, em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças da Maioria e da Minoria.

PROJETO DE LEI Nº 25.532/2024

Autoriza o Poder Executivo a instituir a BAHIA FILMES - Companhia de Audiovisual do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir sociedade de economia mista, sob a forma de sociedade anônima de capital autorizado, com personalidade jurídica de direito privado, denominada BAHIA FILMES - Companhia de Audiovisual do Estado da Bahia, com patrimônio e receitas próprios, com autonomia administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira, regida pelas normas da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da legislação civil e empresarial que lhe seja aplicável e do seu Estatuto Social, tendo por objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico, tecnológico e inovativo da atividade audiovisual no Estado da Bahia.

§ 1º - A BAHIA FILMES terá sede e foro na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, podendo ter representação no Brasil e no exterior, a critério do seu Conselho de Administração.

§ 2º - A BAHIA FILMES integrará a Administração Pública indireta, ficando vinculada à Secretaria de Cultura - SECULT.

§ 3º - A BAHIA FILMES terá prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A BAHIA FILMES terá, entre outras, as seguintes finalidades:

I - estimular a cadeia produtiva do setor audiovisual como estratégia de dinamização da economia do Estado da Bahia;

II - estimular a criação, a transação de direitos e a circulação de ativos de propriedade intelectual baiana e independente, sob forma de obras audiovisuais interativas e não interativas;

III - desenvolver, financiar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social, cultural, artístico, tecnológico e científico da atividade audiovisual do Estado da Bahia;

IV - promover a articulação das atividades audiovisuais com as políticas públicas setoriais pré-existentes implementadas pelo Estado da Bahia, bem como com outras políticas públicas setoriais que comportem a atuação da BAHIA FILMES;

V - subsidiar o desenvolvimento de produtos, marcas e serviços de agentes econômicos baianos, ou neles investir;

VI - comercializar, distribuir e promover produtos, marcas, direitos e serviços no país e no exterior;

VII - subsidiar eventos promocionais do audiovisual baiano, ou neles investir, no país e no exterior;

VIII - atuar como *film comission*, sistematizando carta de talentos e serviços públicos e privados do Estado da Bahia, atraindo produções e negócios audiovisuais de outros Estados e Países, promovendo o potencial socioeconômico do Estado da Bahia e de seus Territórios de Identidade;

IX - promover ações de desenvolvimento regional por meio do acesso à informação, qualificação profissional, fomento à atividade audiovisual, promoção e circulação de obras nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia;

X - desenvolver, investir, subsidiar ou apoiar ações de formação, capacitação e requalificação de agentes econômicos baianos;

XI - subsidiar ações de pesquisa e desenvolvimento econômico, tecnológico e artístico ou nelas investir;

XII - estimular a conservação do patrimônio audiovisual;

XIII - investir no desenvolvimento de empresas da atividade audiovisual;

XIV - explorar e alienar os ativos integrantes de seu patrimônio;

XV - estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros junto a esferas de financiamento a atividades audiovisuais públicas e privadas, brasileiras e estrangeiras, lastreados ou não, nos ativos integrantes do seu patrimônio, para a viabilização de investimentos considerados estratégicos pelo Estado da Bahia;

XVI - auxiliar o Estado da Bahia na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da BAHIA FILMES;

XVII - estruturar e participar de fundos de investimento para o audiovisual baiano;

XVIII - realizar investimentos em empreendimentos audiovisuais considerados estratégicos pelo Estado da Bahia;

XIX - fomentar a universalização do acesso a obras audiovisuais baianas independentes em favor da população do Estado da Bahia por meio do estímulo à comunicação pública pelos agentes econômicos difusores de conteúdo audiovisual públicos e privados;

XX - subsidiar ou investir na construção, readequação ou operação de espaços físicos de instituições e empreendimentos que se prestem à difusão de obras audiovisuais baianas independentes;

XXI - estimular as diversidades de gênero, étnico-racial, etária e regional no acesso à política de desenvolvimento do audiovisual baiano;

XXII - estimular a acessibilidade das pessoas com deficiência aos serviços de obras audiovisuais;

XXIII - prover a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI com informações relacionadas às atividades econômicas relativas ao cálculo do valor adicionado do audiovisual baiano, dentre outras informações socioeconômicas relevantes sobre o setor;

XXIV - estimular o empreendedorismo e formalização na área de audiovisual;

XXV - prestar serviços a órgãos e entidades públicas nacionais ou estrangeiros e à iniciativa privada;

XXVI - outras desde que compatíveis com suas finalidades institucionais.

§ 1º - Na consecução de sua finalidade, a BAHIA FILMES observará a função social que lhe é inerente, na forma da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§ 2º - Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços à BAHIA FILMES, inclusive os de engenharia e de publicidade, aquisição e locação de bens, alienação de bens e ativos integrantes do seu patrimônio ou de execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como de implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 28 a 30 do retro referido diploma legal.

Art. 3º - Para a consecução dos seus fins, a BAHIA FILMES fica autorizada a:

I - celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a Administração Direta ou Indireta, inclusive consórcios públicos, e com organizações privadas;

II - firmar contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, bem como formalizar ajustes de bolsas e instrumentos congêneres, podendo ainda participar da estrutura de organizações privadas e de órgãos públicos ou privados da Administração Direta ou Indireta de quaisquer entes federados, respeitadas as disposições legais aplicáveis;

III - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

IV - prestar garantias reais e fidejussórias e contratar seguros, no interesse dos seus objetivos legais e estatutários;

V - contrair empréstimos, financiamentos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - participar ou constituir fundos de investimentos, inclusive fundos de investimentos em empresas emergentes, empreendimentos inovadores de base tecnológica, sociedades de propósitos específicos, emitir debêntures e outros títulos vinculados à atuação de uma sociedade anônima, operar modalidades de investimentos ou de empreendimentos considerados estratégicos pelo Estado, podendo, a qualquer tempo, incorporar ativos para a realização do seu objeto;

VII - captar recursos ou estruturar operações ou fundos que possibilitem o financiamento da atividade audiovisual do Estado da Bahia;

VIII - elaborar estudos técnicos sobre a viabilidade econômico-financeira em projetos de interesse do Estado;

IX - criar ou participar da criação de fundos de investimento e participações, de acordo com o regimento da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a serem administrados por instituições financeiras e do mercado de capitais com experiência comprovada na estruturação de projetos e gestão de fundos de investimento;

X - criar ou gerir fundos garantidores de obrigações financeiras relativas a projetos de infraestrutura para o audiovisual, em montantes e condições prefixadas.

§ 1º - Os ajustes formalizados pela BAHIA FILMES deverão observar compatibilidade com o seu objeto social.

§ 2º - É dispensada a licitação para a contratação da BAHIA FILMES pela Administração Pública, Direta ou Indireta, para realizar atividades relacionadas ao seu objeto e finalidades sociais, observadas as condições da legislação específica.

Art. 4º - A BAHIA FILMES poderá contratar agentes financeiros para dar suporte às ações relacionadas aos incisos V, VI, VIII e IX do art. 3º desta Lei, bem como a outras estratégias de estruturação financeira de operações de sua competência no âmbito da Política de Desenvolvimento do Audiovisual Baiano.

Art. 5º - A BAHIA FILMES estará sujeita à fiscalização do sistema de controle interno próprio de cada Poder e do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º - A BAHIA FILMES operará sob o regime de capital social autorizado, sendo este composto por ações ordinárias ou preferenciais nominativas, sem valor nominal, podendo o Estado integralizá-lo em dinheiro, ou em bens e direitos avaliados na forma da legislação pertinente.

§ 1º - Poderão participar do capital da BAHIA FILMES outras pessoas jurídicas de quaisquer das esferas federativas, incluindo a participação de capital privado, desde que o Estado mantenha, no mínimo, a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever e integralizar o capital da BAHIA FILMES com os seguintes bens e direitos, na forma do *caput* deste artigo:

- I - bens móveis e imóveis, inclusive recursos de dotações orçamentárias;
- II - quotas, ações e quaisquer outras formas de participação societária, inclusive aquelas de titularidade do Estado ou de suas entidades, desde que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;
- III - recursos de transferências voluntárias ou obrigatórias de outros entes federados;
- IV - títulos da dívida pública emitidos na forma da legislação aplicável;
- V - títulos e valores mobiliários;
- VI - direitos referentes ao Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS e recursos financeiros federais e estaduais, cuja transferência independa de autorização legislativa específica;
- VII - outros bens e direitos, inclusive de titularidade direta ou indireta do Estado, tais como os originários de parcelamento de tributos estaduais, mantidas, neste caso, as condições do parcelamento, relativas ao número de prestações, ao valor, aos critérios de atualização e às datas de vencimento;
- VIII - outros, na forma da legislação específica.

Art. 7º - O Estado da Bahia subscreverá integralmente e integralizará, no mínimo, R\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) à Política de Desenvolvimento do Audiovisual Baiano, aportando R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) por ano, totalizando R\$88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de reais), ao capital social inicial da BAHIA FILMES, na forma disposta em seu Estatuto Social, sendo o primeiro aporte realizado em 90 (noventa) dias, contados da formalização do registro da Companhia na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB.

§ 1º - Os direitos creditórios de natureza tributária a que se refere o inciso VII do § 2º do art. 6º desta Lei não abrangem os valores referentes a vinculações legais

ou constitucionais e, quando houver, os valores referentes a despesas judiciais e honorários advocatícios.

§ 2º - Na cessão dos direitos creditórios de natureza tributária de que trata o inciso VII do § 2º do art. 6º desta Lei, será observado o sigilo relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 3º - É vedado à BAHIA FILMES ceder os direitos creditórios de natureza tributária a que se refere o inciso VII do § 2º do art. 6º desta Lei.

§ 4º - Caberá à Procuradoria Geral do Estado da Bahia adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação dos direitos creditórios de natureza tributária de que trata o inciso VII do § 2º do art. 6º desta Lei, prestando, ainda, assessoria e consultoria jurídica à BAHIA FILMES para o quanto previsto neste parágrafo.

§ 5º - O capital social da Companhia poderá comportar deliberação no sentido de seu aumento, por ato do Poder Executivo, na forma prevista nas disposições legais, regulamentares e estatutárias cabíveis.

§ 6º - Na hipótese de aumento do capital social, inclusive para sua abertura ao mercado, de acordo com as normas estabelecidas pela CVM, deverá ser resguardada composição acionária que assegure ao Estado da Bahia poder de controle, mediante a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto, inclusive em caso de acordo de acionistas.

§ 7º - A BAHIA FILMES poderá, respeitadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, criar, estabelecer e manter filiais, devendo estas observar as mesmas disposições aplicáveis à matriz da Empresa no desempenho de suas operações, inclusive quanto à participação mínima do Estado da Bahia em seu capital social, conforme disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a providenciar as adaptações necessárias nos instrumentos de planejamento financeiro, inclusive a abrir crédito adicional ao orçamento corrente ou a reabri-lo pelo seu saldo para o exercício seguinte, nos termos dos arts. 40 a 43, 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - A BAHIA FILMES, para a consecução de seu objeto social, será caracterizada como empresa estatal não dependente do Tesouro Estadual.

Art. 9º - Constituem receitas da BAHIA FILMES:

I - os recursos realizados com base em dotações orçamentárias próprias ou de terceiros;

II - as receitas decorrentes de suas operações, de aplicações financeiras, de participações societárias ou de investimentos;

III - as obtidas por meio de contratos, convênios e instrumentos congêneres;

IV - os recursos oriundos de benefícios ou incentivos creditícios, fiscais ou financeiros;

V - as decorrentes de doações, subvenções, operações de crédito, participação em fundos de investimento ou quaisquer outras formas de recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis;

VI - transferências de outras entidades da Administração Indireta;

VII - transferências voluntárias ou obrigatórias de outros entes federados;

VIII - outras receitas que lhe sejam atribuídas na forma da legislação específica.

Art. 10 - A BAHIA FILMES desempenhará suas competências com quadro de pessoal próprio, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou com agentes públicos que lhe forem postos à disposição, cabendo à Empresa executar suas atividades de forma direta ou indireta, inclusive mediante a formalização de parcerias estratégicas nos termos do inciso II do § 3º e do § 4º, ambos do art. 28 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do § 2º do art. 2º desta Lei, sem prejuízo da contratação de serviços específicos de terceiros, observada a legislação vigente.

§ 1º - Os empregos públicos da BAHIA FILMES serão providos por concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvados os cargos de administração superior, as funções de confiança e os empregos públicos providos em comissão, destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do que dispuser o seu Estatuto Social.

§ 2º - É facultada a admissão de pessoal sob regime de contrato de trabalho temporário, de menores aprendizes e de estagiários de nível médio e superior sem vínculo empregatício, observadas as disposições da legislação específica.

Art. 11 - A BAHIA FILMES contará com os seguintes órgãos em sua estrutura:

I - Conselho de Administração, composto por 07 (sete) membros;

II - Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros;

III - Diretoria Executiva, composta por até 03 (três) membros.

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, na forma da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 2º - É permitida a participação dos membros da Diretoria Executiva nas reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, sem direito a voto, para prestar esclarecimentos e informações sobre matérias de suas respectivas áreas de atuação.

§ 3º - Os integrantes dos órgãos da estrutura da BAHIA FILMES respondem pelos danos resultantes de atos comissivos ou omissivos que importem em descumprimento de seus deveres, quando praticados com dolo, culpa ou violação ao Estatuto da Companhia.

§ 4º - O Conselho de Administração se reunirá, em caráter ordinário, pelo menos uma vez por quadrimestre e, em caráter extraordinário, sempre que necessário aos interesses da BAHIA FILMES.

§ 5º - O Conselho Fiscal se reunirá pelo menos uma vez por quadrimestre, em sessões ordinárias, para exame das contas, balancetes e demonstrativos, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou a requerimento da maioria simples dos seus membros.

§ 6º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será unificado e não superior a 04 (quatro) anos, sendo permitidas reconduções, nos termos da legislação específica.

§ 7º - Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal não serão superiores a 04 (quatro) anos, sendo permitidas reconduções, nos termos da lei.

Art. 12 - A supervisão e o controle técnico das atividades de consultoria e assessoria jurídicas da BAHIA FILMES competirá à Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

Art. 13 - O Estatuto Social da BAHIA FILMES descreverá os requisitos mínimos para a assunção e o exercício das funções dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, considerando a complexidade das atribuições respectivas e os conhecimentos técnicos necessários ao exercício dos cargos.

Art. 14 - O Estatuto Social da BAHIA FILMES somente poderá ser alterado por sua Assembleia Geral, ouvido o Conselho de Administração e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

Art. 15 - O Estado da Bahia deverá tomar as providências necessárias à instituição da BAHIA FILMES no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da publicação desta Lei.

Art. 16 - As demonstrações contábeis e financeiras da BAHIA FILMES deverão ser submetidas a parecer de auditoria independente legalmente habilitada, na forma do art. 7º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 17 - A política de investimentos e as consequentes formas de contratação, acompanhamento e regime de execução orçamentária e financeira da BAHIA FILMES observarão as diretrizes firmadas em Assembleia Geral, preservadas as competências do Conselho de Administração.

Art. 18 - A BAHIA FILMES poderá instituir subsidiária integral para o desenvolvimento de seus objetivos legais e estatutários.

Art. 19 - A BAHIA FILMES elaborará e dará publicidade às suas políticas de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de administração de riscos, de transações com partes relacionadas e adotará as melhores práticas de governança corporativa aplicáveis às empresas estatais, na forma da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 20 - Em caso de extinção da BAHIA FILMES, o seu patrimônio será revertido ao Estado da Bahia, uma vez liquidadas as obrigações assumidas perante terceiros, observado o regime de direitos e deveres dos acionistas titulares de ações representativas do capital social da Companhia.

Parágrafo único - O Estado da Bahia não responderá subsidiariamente pelas obrigações da BAHIA FILMES, suportando os ônus que lhe couberem como acionista apenas até o limite do patrimônio eventualmente revertido à Companhia nos termos da legislação societária aplicável.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional para suportar as despesas de responsabilidade do acionista Estado da Bahia, inclusive no tocante à integralização do capital social inicial da BAHIA FILMES, podendo, para tanto, tomar a iniciativa de alterar, total ou parcialmente, o conteúdo das dotações aprovadas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º - O Poder Executivo fica obrigado a integralizar o capital social da Empresa em 60 (sessenta) dias corridos, contados da publicação desta Lei.

§ 2º - A BAHIA FILMES fica obrigada, em 90 (noventa) dias corridos, contados do registro de seu Estatuto Social na JUCEB, a constituir o Fundo Setorial do Audiovisual da Bahia - FSA-BA e seu Comitê Gestor, bem como a dispor, mediante norma empresarial interna da Companhia, sobre o regime de execução orçamentária e financeira de seus haveres, cabendo-lhe ainda contratar os agentes financeiros do FSA-BA, para operacionalização da política de investimentos prevista no art. 17 desta Lei.

Art. 22 - Fica revogado o Decreto nº 12.129, de 20 de maio de 2010.

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu só queria deixar registrado que, primeiro, veio aqui o secretário... é...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bruno.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) de Cultura, Bruno. Ele está sem gravata, mas chegue só um pouquinho aí...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode chegar, pelo menos, na porta.

O Sr. Rosemberg Pinto: Chegue na porta aí. Votado o projeto, Bruno. (Palmas)

Segundo, quero dizer que esse projeto teve várias mãos: deputada Olívia Santana, quero deixar registrado; deputado Robinson Almeida; lógico, o deputado

Rosemberg, que também trabalhou muito; mas todos os 63 deputados participaram. Foi uma votação unânime para a criação da Bahia Filmes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto. Em discussão única e votação, (lê) “(...) *Projeto de Lei nº 25.534/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza a doação de imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.’*”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Convido o deputado Robinson Almeida para relatar o projeto.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu vou proceder ao relato do (lê) “*Projeto de Lei nº 25.534/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza a doação de imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.’*”

PARECER

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.534/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza a doação de imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.’

Apresenta, o Sr. Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, a proposição que ora passo a relatar, visando obter desta Casa a necessária autorização para proceder a doação, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, uma área de terra medindo 9.022,51m² no Bairro Lobato, Subdistrito de Pirajá, zona urbana de Salvador.

Conforme registra a Mensagem Governamental, ‘com a adoção desta medida, o Governo do Estado visa prosseguir com a construção dos empreendimentos habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Federal ‘Minha Casa, Minha Vida’, reforçando, portanto, o seu compromisso com a promoção da justiça social e a redução de desigualdades’.

Trata-se, assim, de matéria de grande alcance social, porquanto se destina a viabilizar a construção de moradias para a população de baixa renda, no âmbito do programa federal Minha Casa, Minha Vida...”

Sr. Presidente, o projeto Minha Casa, Minha Vida, retomado pelo presidente Lula, é uma das políticas sociais de maior repercussão no Brasil: repercussão econômica porque movimenta a construção civil, deputada Maria del Carmen; repercussão urbanística porque reorganiza áreas e territórios degradados das grandes cidades do nosso país; e repercussão social porque dá uma casa própria às famílias que precisam de um abrigo e de uma moradia digna.

Esse programa do presidente Lula tem a parceria do governador Jerônimo Rodrigues, que aqui no estado está doando um terreno de propriedade do governo do estado, uma área de quase 10 mil metros quadrados no Subúrbio de Salvador, no bairro do Lobato, para que lá seja construído um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida.

Quero parabenizar todos os movimentos de moradia, todos aqueles que lutam por casa própria, em especial, o Movimento Sem Teto de Salvador, as suas lideranças, o presidente Jhones Bastos, todos aqueles que fazem dessa luta um objetivo das suas vidas para que outras vidas possam viver com dignidade.

(Lê) “(...) O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões,”

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no âmbito Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto nº 25.534/2024, procedente do Poder Executivo, em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças da Maioria e da Minoria.

PROJETO DE LEI Nº 25.534/2024

Autoriza a doação de imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, a área de terra medindo 9.022,51m² inserida no imóvel com 35.957,13m² de área, registrado sob o número de matrícula 89.554, perante o 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Salvador, situada na Rua Piracanjuba, s/n, Bairro Lobato, Subdistrito de Pirajá, zona urbana, no Município de Salvador – Bahia, com as coordenadas constantes do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único – A área de terra descrita no *caput* deste artigo objetiva a construção de unidades habitacionais de interesse social, obra do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, no âmbito do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, criado pela Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.439, de 17 de março de 2023.

Art. 2º - O não cumprimento da finalidade prevista no parágrafo único do art. 1º desta Lei, no prazo de 03 (três) anos a partir da efetivação da doação ao FAR, importará em reversão automática da área ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo projeto é o requerimento de urgência... Requerimento nº 10.619...

O Sr. Alan Sanches: Presidente, continuando, solicito a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, V. Ex.^a será atendido, deputado Alan...

O Sr. Rosemberg Pinto: É um requerimento?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Requerimento nº 10.619.

O Sr. Rosemberg Pinto: Requerimento nº 10.6...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Requerimento nº 10.619/2024, para o Projeto de Lei nº 25.572/2024.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a marcasse os 25 minutos e pedisse a cada deputado e a cada deputada que viesse aqui

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, zere o painel e marque o tempo.

Solicito aos Srs. Deputados que estão no Plenário, por favor, que marquem a presença. Srs. Deputados que estão em outras dependências, por favor, se dirijam ao Plenário. Existe um pedido de verificação de quórum de votação.

Deputado Alex da Piatã, coloque a presença aí, por favor.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados Cafu Barreto, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes...

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu quero aqui saudar todo o segmento da cultura do estado baiano, especialmente os produtores do audiovisual, por uma grande conquista na tarde de hoje, que foi a aprovação do projeto de lei que cria a empresa pública chamada Bahia Filmes. Apenas duas cidades brasileiras, o

Rio de Janeiro e São Paulo, têm este instrumento que hoje é fundamental para a atividade econômica associada à economia da cultura.

O audiovisual mobiliza bilhões de reais. Em todo o mundo, hoje, as plataformas de streaming precisam de conteúdo para manterem a sua programação. Nós temos aqui, na Bahia, grandes produtores, grandes cineastas, e eu quero parabenizar todos por esse esforço concentrado ao longo desses últimos anos para que essa matéria virasse uma lei instituindo a Bahia Filmes.

Parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues, que assumiu este compromisso em campanha, e hoje transformou-se em realidade a criação da Bahia Filmes, que vai representar um grande impulso para o segmento; atração de investimentos nacionais e internacionais; geração de emprego e renda para nossa gente da cultura. Parabéns a todos os envolvidos, em especial ao secretário Bruno Monteiro, que liderou essa agenda dentro do governo, bem como a todas associações e militantes do movimento cultural da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Completou o quórum? Em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já deu quórum. Alan que pediu verificação, 31 com 32...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas 31, agora são 32.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, o Requerimento de Urgência nº 10.619/2024.

(Lê) “*Requerimento nº 10.619/2024.*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.572/2024, de autoria do poder Executivo, que Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem outro requerimento aqui. Passou pelos líderes, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu conversei há pouco com o deputado Euclides...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É de autoria do deputado Euclides?

O Sr. Rosemberg Pinto: É de autoria do deputado Euclides. Olhe bem, V. Ex.^a é quem sabe se passou pela Mesa Diretora. Passou pela Mesa?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não passou ainda. Não passou.

O Sr. Rosemberg Pinto: Se não passou pela Mesa Diretora, eu dispensei as formalidades como eu disse aqui...

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, eu quero usar da palavra.

Observo, Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, que estabelece a dispensa de formalidades quando tem a assinatura do líder da Maioria e a assinatura do líder da Minoria. Então, V. Ex.^a há de convir que está assinado pelo líder da Maioria, está assinado pelo líder da Minoria, atendendo, evidentemente, ao que estabelece, o que determina o Regimento Interno desta Casa. Então, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex.^a que tenha esse respeito...

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, peço uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Olívia.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, eu tenho total respeito ao deputado Euclides Fernandes. Acho que é absolutamente legítima a solicitação do deputado, entretanto quero chamar a atenção para o seguinte fato: se votarmos o título do nobre deputado Euclides, eu peço que submeta à votação também o título do Mestre Curió, porque os dois estão na mesma situação...

O Sr. Euclides Fernandes: Condição, com a assinatura do líder da Maioria e da Minoria, com dispensa de formalidades...

A Sr.^a Olívia Santana: Deputado Euclides, acordo de lideranças votado e não foi aprovado. Inclusive, o homenageado está aqui, o que é um grande constrangimento para esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Olívia.

A Sr.^a Olívia Santana: Então, a minha questão de ordem é se vai submeter um, submeta o outro também. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, acredito que os líderes então não devem dispensar... Vou botar os dois em votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu só estou... Olha bem, eu avisei ao deputado Euclides da mesma maneira... Se V. Ex.^a vai entender assim e colocar em votação, não tem problema; a bancada está liberada para se posicionar em quem ela quiser votar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., vou colocar em votação. Então, qualquer projeto – vou explicar mais uma vez –, mesmo com dispensa de formalidades, este presidente aqui vai submeter à Mesa Diretora. Vou abrir o

precedente hoje. Então, para que a gente não chegue ao final do ano com a enxurrada de comendas, o.k.?

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite?

Cabe ao líder da Maioria e da Minoria verificar, antes de assinar, se tem esse dispositivo que V. Ex.^a está colocando.

Agora, eu peço ao líder Rosemberg, já que o presidente assumiu abrir essa exceção e votar os dois, vamos parar essa polêmica e vamos botar para andar a sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não tem problema, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “Requerimento. Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o líder do bloco da Maioria e da Minoria parlamentar com assento nesta Casa, vem na forma regimental requerer a V. Ex.^a as dispensas das formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 3.086/2023, de autoria da deputada Olívia Santana, que concede o Título de Cidadão Baiano ao mestre de capoeira, Jaime Martins dos Santos, conhecido como Mestre Curió.

Sala das sessões, ...”

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, que projeto é esse?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É o projeto que concede o Título de Cidadão Baiano ao Mestre Curió, que inclusive se encontra nesta sessão.

O Sr. Alan Sanches: Não tenho problema nenhum, mas o que acontece? Esse projeto já foi trazido para esta Casa na outra sessão e V. Ex.^a colocou...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas está com dispensa de formalidades...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a, eu retiro a minha dispensa de formalidades. Eu estou retirando a dispensa, está retirada então a dispensa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a não quer votar?

O Sr. Alan Sanches: Não, eu tenho um compromisso com a minha bancada. A minha bancada solicitou que não fosse votado, eu não sou líder de mim mesmo, eu sou líder de uma bancada, se um colega...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, então vou colocar em votação se tiver número, não é isso, deputado Rosemberg?

O Sr. Alan Sanches: O quórum de votação, então.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu não queria fazer isso. Olhe bem, se o deputado Alan pedir quórum de votação e votarmos no painel, não teremos os 38 deputados e o título será derrotado.

O Sr. Alan Sanches: 32.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Título são 32 favoráveis; não são 32 presentes, são 32 favoráveis. Acho muito difícil isso, com o voto secreto no painel.

Eu queria pedir o seguinte, tanto ao deputado Euclides quanto ao deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mestre Curió.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) se tem acordo para votarmos, ou vota os dois hoje ou vota os dois na próxima sessão.

O Sr. Alan Sanches: Não, não posso...

O Sr. Rosemberg Pinto: Votar um e depois o outro ser submetido, aí não dá para fazer.

O Sr. Alan Sanches: Os dois projetos que estão aí são de honraria?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim.

O Sr. Alan Sanches: Porque havia aqui uma confusão achando que é outro projeto de resolução do deputado Euclides, que era de 21 assinaturas. É esse ou é o de honraria?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É o de honraria.

O Sr. Rosemberg Pinto: De 21, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O do deputado Euclides não.

O Sr. deputado Alan Sanches: Não é de honraria, não?

O Sr. Rosemberg Pinto: É de honraria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah, o do deputado Euclides é honraria, Comenda 2 de Julho; outro Título de Cidadão Baiano e outro de Comenda 2 de Julho.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Eu estou dizendo que eu retiro a minha assinatura se for assim...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, infelizmente...

O Sr. Alan Sanches: Eu retiro a minha assinatura. Eu não posso votar em detrimento da vontade da bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, é melhor na próxima sessão.

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quer usar da palavra? Só 1 minuto, 1 minuto. O deputado Euclides quer...

O Sr. Euclides Fernandes: Eu coloco em pauta o projeto. Não tem sentido retirar o nosso projeto. Não há nenhuma polêmica. Qual a polêmica que tem com nosso projeto? Nenhuma. Então, coloco em pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Euclides Fernandes: Qual?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem polêmica com o deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Euclides Fernandes: Escute meu querido amigo, escute, escute. O deputado Alan retirou a assinatura do projeto da minha querida deputada, do meu não tirou, não.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Também retirou do seu. Retirou.

O Sr. Euclides Fernandes: Do meu não retirou, não.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Tirou.

O Sr. Euclides Fernandes: Alan não tirou do meu, não...

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Eu retirei do de Olívia.

O Sr. Euclides Fernandes: Tirou do de Olívia, tirou do de Olívia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, não tem... Olhe bem, deputado Euclides, eu queria pedir a V. Ex.^a... Se o seu projeto for tramitado, será derrotado, será derrotado. O senhor quer que tramite?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele prefere que seja votado, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Se for votado, será derrotado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou colocar em votação, o.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

A Sr.^a Fátima Nunes (fora do microfone): Mas a sessão foi encerrada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não encerrou, não. Eu dei a palavra ao deputado Euclides. Ele quer? Eu vou colocar em votação, Rosemberg.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu não sei por que V. Ex.^a tomou essa posição tão radical contra o projeto deste deputado, mas para não criar problema com o meu presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem problema nenhum para o presidente. Se quiser, deixa acabar a sessão; ou se quiser, a gente coloca em votação.

O Sr. Euclides Fernandes: Próxima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próxima sessão?

O Sr. Euclides Fernandes: Deixa, deixa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, deputado Euclides concorda que na próxima sessão...

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Eduardo Alencar, Fabrício Falcão, Júnior Muniz, Pancadinha, Robinho e Soane Galvão. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.